

**DA CONSAGRAÇÃO LEGAL À IMPLEMENTAÇÃO INSTITUCIONAL: A
ACADEMIZAÇÃO DA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES E A
PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE EM ANGOLA**

*FROM LEGAL RECOGNITION TO INSTITUTIONAL IMPLEMENTATION: THE
ACADEMICIZATION OF INITIAL TEACHER TRAINING AND TEACHER
PROFESSIONALIZATION IN ANGOLA*

*DEL RECONOCIMIENTO LEGAL A LA IMPLEMENTACIÓN INSTITUCIONAL:
LA ACADEMICIZACIÓN DE LA FORMACIÓN INICIAL DEL PROFESORADO Y
LA PROFESIONALIZACIÓN DOCENTE EN ANGOLA.*

*DE LA RECONNAISSANCE LÉGALE À LA MISE EN ŒUVRE
INSTITUTIONNELLE: L'ACADÉMISATION DE LA FORMATION INITIALE DES
ENSEIGNANTS ET LA PROFESSIONNALISATION DES ENSEIGNANTS EN
ANGOLA*

Joaquim Américo Pinto Rocha

Júlio Marcente Carlos

RESUMO: Este estudo analisa a academização da formação inicial de professores em Angola, à luz do artigo 124.º-A da Lei n.º 32/20 de Bases do Sistema de Educação e Ensino, focalizando os seus impactos no processo de profissionalização docente. A relevância do tema decorre do papel estratégico da academização na melhoria da qualidade educativa e no alinhamento do sistema angolano com padrões internacionais de formação docente. Parte-se do pressuposto de que a academização constitui uma política juridicamente consagrada, cujo principal desafio reside na sua implementação institucional e pedagógica. Adota-se uma abordagem qualitativa, de natureza teórico-analítica e documental, baseada na análise da legislação educacional, de relatórios institucionais e de literatura científica. Os resultados indicam que a academização representa um avanço estrutural ao elevar o nível académico da formação e reforçar a identidade profissional docente. Contudo, persistem desafios relacionados com a articulação entre teoria e prática, as assimetrias institucionais, a regulação da qualidade formativa e a ausência de mecanismos consistentes de acompanhamento da inserção profissional. Conclui-se que a academização contribui para a profissionalização docente quando acompanhada por políticas públicas integradas, investimentos institucionais e estratégias que assegurem coerência entre o quadro legal e as práticas formativas.

Palavras-chave: Formação de professores; Academização; Profissionalização docente; Política educacional; Angola.

ABSTRACT: This study analyzes the academicization of initial teacher training in Angola, in light of Article 124-A of Law No. 32/20 on the Framework of the Education and Teaching System, focusing on its impacts on the teacher professionalization process. The relevance of the topic stems from the strategic role of academicization in improving educational quality and aligning the Angolan system with international

teacher training standards. It is assumed that academicization constitutes a legally enshrined policy, whose main challenge lies in its institutional and pedagogical implementation. A qualitative approach is adopted, of a theoretical-analytical and documentary nature, based on the analysis of educational legislation, institutional reports, and scientific literature. The results indicate that academicization represents a structural advance by raising the academic level of training and strengthening the professional identity of teachers. However, challenges persist related to the articulation between theory and practice, institutional asymmetries, the regulation of training quality, and the absence of consistent mechanisms for monitoring professional integration. It is concluded that academic training contributes to teacher professionalization when accompanied by integrated public policies, institutional investments, and strategies that ensure coherence between the legal framework and training practices.

Keywords: Teacher training; Academic training; Teacher professionalization; Educational policy; Angola.

RESUMÉN: Este estudio analiza la academicización de la formación inicial docente en Angola, a la luz del Artículo 124-A de la Ley n.º 32/20, sobre el Marco del Sistema Educativo y Docente, centrándose en sus impactos en el proceso de profesionalización docente. La relevancia del tema reside en el papel estratégico de la academicización para mejorar la calidad educativa y alinear el sistema angoleño con los estándares internacionales de formación docente. Se asume que la academicización constituye una política legalmente consagrada, cuyo principal desafío reside en su implementación institucional y pedagógica. Se adopta un enfoque cualitativo, de carácter teórico-analítico y documental, basado en el análisis de la legislación educativa, informes institucionales y literatura científica. Los resultados indican que la academicización representa un avance estructural al elevar el nivel académico de la formación y fortalecer la identidad profesional del profesorado. Sin embargo, persisten desafíos relacionados con la articulación entre la teoría y la práctica, las asimetrías institucionales, la regulación de la calidad de la formación y la ausencia de mecanismos consistentes para el seguimiento de la integración profesional. Se concluye que la formación académica contribuye a la profesionalización docente cuando se acompaña de políticas públicas integradas, inversiones institucionales y estrategias que garanticen la coherencia entre el marco legal y las prácticas formativas.

Palabras clave: Formación docente; Formación académica; Profesionalización docente; Política educativa; Angola.

RÉSUMÉ: Cette étude analyse l'académisation de la formation initiale des enseignants en Angola, au regard de l'article 124-A de la loi n° 32/20 relative au cadre du système d'éducation et d'enseignement, en s'intéressant à ses impacts sur le processus de professionnalisation des enseignants. La pertinence de ce sujet tient au rôle stratégique de l'académisation dans l'amélioration de la qualité de l'éducation et l'alignement du système angolais sur les normes internationales de formation des enseignants. L'académisation est considérée comme une politique inscrite dans la loi, dont le principal défi réside dans sa mise en œuvre institutionnelle et pédagogique. Une approche qualitative, à la fois théorique et analytique, est adoptée, fondée sur l'analyse de la législation éducative, des rapports institutionnels et de la littérature scientifique. Les résultats indiquent que l'académisation représente un progrès structurel, car elle élève le niveau académique de la formation et renforce l'identité professionnelle des enseignants. Toutefois, des défis persistent quant à l'articulation entre théorie et pratique, aux asymétries institutionnelles, à la régulation de la qualité de la formation et à l'absence de mécanismes cohérents de suivi de l'insertion professionnelle. Il ressort de cette étude que la formation académique contribue à la professionnalisation des enseignants lorsqu'elle s'accompagne de politiques publiques intégrées, d'investissements institutionnels et de stratégies garantissant la cohérence entre le cadre juridique et les pratiques de formation.

Mots-clés: Formation des enseignants; Formation académique; Professionnalisation des enseignants; Politique éducative; Angola.

1 Introdução

A formação inicial de professores constitui o ponto de partida para o desenvolvimento de competências pedagógicas, para a construção da identidade

profissional docente e para a consolidação da qualidade do ensino em qualquer sistema educativo. Em Angola, esse processo assume particular relevância, atendendo ao percurso histórico do sistema educativo, às assimetrias institucionais existentes e à diversidade de entidades autorizadas a formar professores, como os Magistérios Primários e Secundários, os Institutos Superiores de Ciências da Educação (ISCED), as Escolas Superiores Pedagógicas e alguns Institutos Superiores Politécnicos privados.

Nas últimas décadas, as políticas educativas angolanas têm procurado responder aos desafios da qualificação docente por meio da elevação progressiva dos níveis de formação, culminando na consagração legal da academização da formação inicial de professores. A Lei n.º 32/20 de Bases do Sistema de Educação e Ensino, particularmente no seu artigo 124.º-A, estabelece que a formação inicial docente deve ocorrer em instituições de ensino superior, conferindo-lhe maior rigor académico, científico e pedagógico.

Importa sublinhar que a academização da formação inicial de professores em Angola não constitui uma proposta em debate, mas uma orientação jurídica plenamente instituída no ordenamento educativo nacional. O debate científico e político desloca-se, assim, da definição normativa da política para a análise crítica das condições da sua implementação efectiva, dos seus impactos reais na profissionalização docente e dos desafios institucionais que condicionam a sua concretização.

Nesse contexto, colocam-se questões centrais: em que medida a academização, enquanto política já decretada, tem potencial para fortalecer a profissionalização docente em Angola? Quais são os seus limites, riscos e possibilidades no plano institucional e pedagógico? Estas interrogações orientam o presente estudo, cujo objectivo geral é analisar em que medida a academização da formação inicial, introduzida pela Lei n.º 32/20, contribui ou limita o processo de profissionalização docente. Especificamente, pretende-se: (i) caracterizar a formação inicial de professores em Angola; (ii) analisar o conceito de academização da formação inicial; (iii) examinar o enquadramento legal da academização; (iv) discutir as suas implicações para a profissionalização docente; e (v) reflectir sobre os desafios e possibilidades da sua implementação.

O estudo adopta uma abordagem qualitativa, de natureza teórico-analítica e documental, articulando legislação, relatórios institucionais e literatura científica. Estruturalmente, o artigo organiza-se em seis secções: Metodologia, Resultados e Discussão, Considerações Finais e Referências.

2 Metodologia do Estudo

O estudo adopta uma abordagem qualitativa, de natureza teórico-analítica e documental, adequada à análise crítica de políticas educativas, uma vez que permite analisar em profundidade a estrutura normativa, institucional e prática das políticas de formação docente em Angola, o que é coerente com o objectivo de analisar criticamente o enquadramento legal, os relatórios institucionais e a literatura especializada sobre o tema. As fontes incluem legislação educacional angolana, relatórios institucionais do Ministério da Educação, do Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação e do INAAREES, bem como literatura científica nacional e internacional, seleccionadas com base em critérios de relevância, actualidade e confiabilidade. Foram incluídos obras publicadas entre 2009 a 2025, priorizando aqueles directamente relacionados à

formação inicial de professores, à academização, à profissionalização docente e da Pré formação à Profissionalização: Transição do Ensino Secundário para o Superior Pedagógico em Angola.

Os dados foram analisados por meio de análise de conteúdo temática, seguindo etapas de selecção documental, leitura exploratória, categorização e interpretação crítica. Durante a leitura exploratória, os documentos foram examinados de forma sistemática para identificar informações relevantes sobre políticas e práticas educativas.

As categorias de análise foram definidas a priori: formação inicial, academização, enquadramento legal, profissionalização docente, impactos e desafios, escolhidas por reflectirem os principais eixos normativos e institucionais que orientam a formação docente em Angola, conforme identificado na legislação e na literatura especializada.

Reconhece-se como limitação a ausência de dados empíricos primários, opção coerente com o foco normativo e analítico do estudo. Considerações éticas foram observadas, garantindo o uso responsável de documentos oficiais, preservando confidencialidade quando aplicável, e citando correctamente todas as fontes, respeitando normas de direitos autorais e boas práticas académicas.

Para assegurar a confiabilidade e validade da análise, foram aplicadas estratégias de triangulação de fontes (legislação, relatórios e literatura), registro sistemático das decisões de categorização e revisão crítica por especialista, garantindo consistência na interpretação e fundamentação das conclusões.

3 Resultados e discussão

3.1 Formação inicial de professores e profissionalização docente

A formação inicial de professores em Angola constitui um eixo estruturante das políticas públicas educativas e um instrumento fundamental para a consolidação da identidade profissional docente. O enquadramento normativo nacional define a formação como um processo orientado para o desenvolvimento de competências científicas, pedagógicas, metodológicas e práticas necessárias ao exercício da docência, procurando responder às exigências do sistema educativo e às transformações sociais contemporâneas (REPÚBLICA DE ANGOLA, 2018a, 2020). Nesta perspectiva, a docência deixa de ser entendida apenas como uma actividade vocacional e passa a ser reconhecida como uma profissão especializada que exige preparação sistemática, qualificação académica e desenvolvimento contínuo ao longo da carreira.

No período pós-independência, a formação docente foi concebida como instrumento central para a construção do sistema educativo nacional e para a afirmação da identidade profissional dos professores. O modelo formativo procurou articular dimensões científicas, pedagógicas e práticas com o objectivo de preparar profissionais capazes de ensinar, educar e contribuir para o desenvolvimento social. Contudo, as reformas implementadas nem sempre foram acompanhadas pelas condições institucionais necessárias, gerando ambiguidades na implementação curricular, fragilidades na formação pedagógica e limitações na consolidação da profissionalização docente (GUEDES, 2023) e, conseqüentemente, “os estudantes só conseguirão obter uma preparação ajustada às demandas do tempo actual e produzirão resultados satisfatórios, como futuros professores, se existirem bons docentes nestes institutos superiores de formação de professores” (ROCHA & PAIXÃO, 2019, p.172).

Da consagração legal à implementação institucional: a academização da formação inicial de professores e a profissionalização docente em Angola

Nessa ordem de ideias, a UNESCO (2021), acrescenta que a eficácia dessas políticas depende de sistemas fortes, apoio institucional contínuo, condições de trabalho dignas e visão integrada de carreira e formação. A falta dessas condições — como reconheces — é justamente o que pode gerar ambiguidades e fragilidades na prática.

A profissionalização docente implica a integração efectiva entre teoria e prática pedagógica, permitindo ao futuro professor compreender os múltiplos factores que influenciam o processo de ensino-aprendizagem, desenvolver competências reflexivas e adaptar os conteúdos ao nível de conhecimento dos alunos. Todavia, persistem desafios associados à superação do modelo tradicionalista, centrado excessivamente na figura do professor e na transmissão de conteúdos, sendo necessária uma abordagem pedagógica que promova autonomia, participação activa dos estudantes e aprendizagem significativa.

As políticas educativas angolanas reforçam igualmente a importância da articulação entre formação académica e intervenção comunitária, flexibilidade curricular e desenvolvimento de competências profissionais, numa lógica próxima dos modelos internacionais de formação docente baseados em competências (BRÁS & SCAFF, 2023). Programas governamentais introduziram critérios mais exigentes de acesso aos cursos de formação de professores, associando a qualidade da formação à preparação académica prévia dos candidatos, numa tentativa de melhorar o desempenho profissional e elevar o estatuto social da profissão docente.

Outro elemento essencial no processo de profissionalização docente é a supervisão pedagógica durante a formação inicial. O regime jurídico da formação de professores estabelece orientações para a organização dos cursos e destaca a supervisão como componente fundamental para o desenvolvimento das competências técnico-científicas. A supervisão promove aprendizagem colaborativa entre supervisor e estagiário, articulação entre instituição formadora e escola de aplicação e aperfeiçoamento contínuo das práticas pedagógicas (TCHISSENDE et al., 2025).

Apesar dos avanços normativos, persistem desafios estruturais relacionados com a preparação metodológica dos professores, actualização curricular, condições de trabalho e desigualdades territoriais, evidenciando que a profissionalização docente depende não apenas da formação inicial, mas também de processos contínuos de desenvolvimento profissional ao longo da carreira. Relatórios institucionais indicam que a expansão do sistema educativo nem sempre foi acompanhada por melhoria qualitativa equivalente na preparação docente, reforçando a necessidade de políticas integradas de formação e valorização profissional (INAAREES, 2021; MED, 2020).

Importa referir ainda que algumas análises do sistema educativo angolano se concentram mais na governação e organização institucional do que na formação docente em si, mas evidenciam que a melhoria das práticas educativas depende da eficácia das políticas públicas e da estrutura organizacional do sistema, factores que influenciam indirectamente a profissionalização docente (HOSSI, 2025). Assim, a formação inicial deve ser compreendida como parte de um sistema mais amplo de desenvolvimento profissional que inclui formação contínua, avaliação, valorização profissional e condições institucionais adequadas.

3.2 Academização da formação inicial de professores

A academização da formação inicial de professores constitui uma das transformações mais relevantes no sistema educativo angolano, marcada pela transferência progressiva da formação docente para o ensino superior pedagógico, particularmente através dos Institutos Superiores de Ciências da Educação (ISCED). Este movimento representou uma tentativa de superar modelos técnicos e improvisados que caracterizaram fases anteriores do sistema educativo, promovendo uma formação mais sistemática, fundamentada teoricamente e orientada para o desenvolvimento científico da profissão docente (GUEDES, 2023).

Day (2001), refere que,

A academização da formação de professores é a progressiva subordinação das instituições de formação de professores à lógica tradicional do ensino superior, na estrutura, organização do ensino, currículo e gestão das carreiras, em detrimento da lógica inerente a uma formação profissional (p. 75)

O excerto evidencia que a academização ocorre quando a formação docente passa a ser dominada por critérios universitários formais, podendo reduzir o peso da componente prática e profissional. O ponto central é o desequilíbrio entre fundamentação teórica e preparação para o exercício real da docência.

A integração da formação docente no ensino superior permitiu elevar o nível de qualificação exigido para o exercício da profissão, conferindo o grau de licenciatura e habilitando os graduados para o exercício da docência nos diferentes níveis de ensino, bem como para funções de gestão educativa e administração pública. Este processo esteve associado às políticas nacionais de formação de quadros, que reconheceram a importância do ensino superior pedagógico para o desenvolvimento económico e social do país (MESCTI, 2019).

A academização pressupõe igualmente a existência de currículos estruturados, orientação pedagógica fundamentada cientificamente, investigação educacional e mecanismos institucionais de avaliação da qualidade formativa. A evolução da supervisão pedagógica de uma abordagem tradicional para uma prática reflexiva e colaborativa constitui um indicador relevante do aprofundamento académico da formação docente, uma vez que promove a reflexividade profissional e a análise crítica da prática pedagógica (TCHISSENDE, LEITE & FERNANDES, 2025).

Entretanto, o processo de academização enfrenta desafios estruturais significativos. Entre estes destacam-se a insuficiência de infra-estruturas, escassez de recursos pedagógicos, limitações institucionais e fraca articulação entre formação académica e prática escolar. Nessas condições, existe o risco de a academização assumir apenas carácter formal, sem impacto efectivo na qualidade do ensino, caso não seja acompanhada por modelos formativos que integrem teoria, investigação e prática pedagógica (GUEDES, 2023).

Outro desafio importante refere-se à congruência curricular e à integração entre investigação pedagógica e prática docente. Em muitos casos, a investigação educacional aparece como componente isolada, sem articulação efectiva com a prática pedagógica, o que limita o desenvolvimento de professores investigadores e reflexivos. Assim, a academização deve ser entendida não apenas como mudança institucional, mas também como transformação epistemológica na concepção da formação docente.

As orientações internacionais reforçam que a academização deve estar articulada com desenvolvimento de competências profissionais, prática supervisionada e

formação contínua, sendo elementos essenciais para a melhoria da qualidade educativa e fortalecimento da profissão docente (UNESCO, 2015, 2019).

3.3 Profissionalização docente e qualidade educativa

A profissionalização docente constitui um factor determinante para a qualidade educativa, uma vez que professores adequadamente preparados tendem a adoptar metodologias participativas, centradas no aluno e orientadas para a construção do conhecimento. A relação entre qualificação docente e qualidade do ensino é amplamente reconhecida nas políticas educativas e nos estudos sobre sistemas educativos, sendo a formação docente considerada elemento central para a melhoria dos resultados de aprendizagem.

No contexto angolano, persistem dificuldades na implementação de práticas pedagógicas inovadoras, sendo frequente a manutenção de modelos transmissivos e autoritários que limitam o desenvolvimento das competências dos alunos. Essas dificuldades evidenciam a necessidade de reforço da formação inicial e contínua, bem como da supervisão pedagógica como mecanismo de melhoria das práticas educativas (GUEDES, 2023; TCHISSENDE et al., 2025).

A supervisão pedagógica assume papel estratégico na profissionalização docente, permitindo monitorar práticas pedagógicas, assegurar a implementação curricular e promover o desenvolvimento profissional contínuo dos professores, com impacto directo na melhoria das aprendizagens dos alunos. A profissionalização docente, nesse sentido, não se restringe à formação inicial, mas abrange todo o percurso profissional e a capacidade de adaptação às exigências de uma sociedade em constante transformação.

A qualidade educativa constitui igualmente um objectivo transversal das políticas educacionais angolanas, orientadas para garantir o direito universal à educação, promover o desenvolvimento humano e formar cidadãos capazes de enfrentar desafios contemporâneos. Os princípios legais do sistema educativo incluem a qualidade dos serviços educativos e a excelência do processo de ensino-aprendizagem, evidenciando que a melhoria da educação depende da eficácia das políticas públicas e da organização institucional do sistema (HOSSI, 2025).

Todavia, a implementação das reformas educativas nem sempre considerou plenamente os pressupostos científicos necessários, gerando dificuldades na operacionalização prática e descrédito entre profissionais do sector. O foco excessivo em indicadores quantitativos, como taxas de transição escolar, por vezes relegou a qualidade do ensino para segundo plano, evidenciando a necessidade de políticas equilibradas entre expansão e qualidade (MED, 2020).

Dessa forma, a melhoria da qualidade educativa depende de factores articulados, incluindo formação inicial sólida, formação contínua, valorização profissional, condições de trabalho adequadas, recursos pedagógicos e políticas educativas consistentes. A profissionalização docente deve ser compreendida como processo permanente ao longo da carreira, integrado num sistema educativo que promova, efectivamente, o desenvolvimento das competências pedagógicas e científicas dos professores.

3.4 Da Pré-formação à Profissionalização: Transição do Ensino Secundário para o Superior Pedagógico em Angola

A formação docente em Angola constitui um elemento estratégico para a qualidade do sistema educativo e para o desenvolvimento de professores preparados para enfrentar desafios contemporâneos. Segundo Alfredo e Tortella (2014), a formação docente vai além do domínio de conteúdos disciplinares, incluindo dimensões pedagógicas, éticas e críticas que moldam a identidade profissional. Neste contexto, a **pré-formação** no Ensino Secundário Pedagógico e a **profissionalização** no Ensino Superior Pedagógico são etapas articuladas para consolidar competências docentes.

O **Artigo 124.º-A da Lei de Bases do Sistema de Educação n.º 32/20** estabelece que “o Ensino Secundário Pedagógico dá progressivamente lugar ao Ensino Superior Pedagógico, de acordo com um plano e prazos articulados entre os sectores que tutelam a Educação e o Ensino Superior” (República de Angola, 2020, art. 124.º-A). Este dispositivo legal torna-se central na discussão, pois define a transição estruturada da formação média para a formação superior, garantindo maior rigor académico, aprofundamento pedagógico e alinhamento com padrões internacionais de profissionalização docente (Darling-Hammond et al., 2017), o que Onde et al. (2021), consideram que poderá trazer consigo uma inovação curricular e sinalizar uma importante mudança paradigmática na formação de professores no país. Todavia, Formosinho (2009), não comunga com esta percepção, ao afirmar que, o processo de academização ou universitarização da formação de professores não nos direcciona a uma pedagogia da autonomia e da cooperação, ao transformar a formação inicial de professores numa formação meramente teórica e, conseqüentemente afastada das preocupações pragmáticas, isto é, afasta-se das componentes mais profissionalizantes, confinando a formação à componente intelectual do desempenho docente, esquecendo-se, evidentemente, de que a docência é uma actividade de serviço, que o professor é, para além de especialista numa área do saber, também um profissional de ajuda, um agente de desenvolvimento humano.

Historicamente, o Ensino Secundário Pedagógico foi a principal via de acesso à docência nos níveis iniciais. Contudo, a progressiva substituição pelo Ensino Superior Pedagógico visa proporcionar formação mais consistente, articulando teoria, prática e investigação educativa. Rocha, Paixão e Guimarães (2023) indicam que a formação apenas ao nível secundário tende a gerar lacunas na integração de competências práticas e teóricas, comprometendo a eficácia do desempenho inicial dos docentes.

Estudos recentes apontam também lacunas específicas na formação inicial. Quimunga, Silva e Gonçalves (2024) observam que áreas como a geometria e outros conteúdos disciplinares fundamentais frequentemente não são suficientemente trabalhadas, limitando a capacidade crítica e técnica dos professores recém-formados. Neste sentido, o Ensino Superior Pedagógico deve reforçar competências científicas, pedagógicas e metodológicas, permitindo uma transição mais eficiente da pré-formação para a prática profissional.

O estágio supervisionado permanece como componente essencial para a profissionalização. Abelha et al. (2021) destacam que a sua eficácia depende da implementação justa e formativa da avaliação, promovendo a reflexão pedagógica e a consolidação das competências adquiridas. Complementarmente, a **formação contínua** é imprescindível para actualizar conhecimentos, integrar tecnologias

educativas e responder às necessidades emergentes do ensino, reforçando o desenvolvimento profissional ao longo da carreira (MARQUES & SEGUNDA, 2025).

Além disso, a transição estruturada prevista pelo Artigo 124.º-A oferece oportunidade para integrar a **educação inclusiva** na formação docente. De São Daniel e Migueis (2025) apontam que, embora o reconhecimento da inclusão seja crescente, as estratégias práticas ainda são insuficientes, sendo necessária a articulação entre conteúdos académicos e práticas pedagógicas em contextos diversificados.

A implementação da transição exige **planeamento curricular, articulação intersectorial e monitorização contínua**, garantindo que os saberes adquiridos no Ensino Secundário Pedagógico sejam valorizados, mas também ampliados e aprofundados no Ensino Superior Pedagógico. Esta articulação entre pré-formação, estágio e desenvolvimento contínuo constitui a espinha dorsal da profissionalização docente em Angola, promovendo formação académica sólida, prática reflexiva e competências adaptativas face às necessidades do sistema educativo. Caso não, Rocha (2022), perspectiva consequências,

poderá afectar e mutilar a formação sólida e a robustez que o ensino secundário pedagógico vinha exercendo ao longo destes anos na sequência da formação de bons professores em Angola (...), se queremos formar professores qualificados, estes devem ser formados desde o ensino médio (p.16).

Por conseguinte, outros estudos feitos anteriormente, ilustre, na nossa percepção, as possíveis imperfeições e consequências que a academização pode oferecer no ensino superior no país, como Qitembo (2010), Cardoso (2012), Silva Júnior (2013), Lussinga e Leite (2015) Canhici et al. (2017, 2019), Mucuenje (2020), entre outros.

Portanto, a Lei n.º 32/20, pelo Artigo 124.º-A, estabelece a **transição do Ensino Secundário Pedagógico para o Ensino Superior Pedagógico** como eixo central da formação docente. Esta transição busca superar limitações históricas, fortalecer competências disciplinares e pedagógicas, e consolidar um percurso de profissionalização contínua, alinhado com padrões internacionais de qualidade educativa e com a promoção da inclusão e inovação pedagógica nas escolas angolanas.

4 Considerações finais

O estudo desenvolvido permitiu analisar que a academização da formação inicial de professores em Angola constitui uma transformação jurídico-institucional relevante, resultante da consagração normativa introduzida pela Lei n.º 32/20, particularmente pelo artigo 124.º-A, que estabelece a formação docente no ensino superior pedagógico.

Este avanço representa uma tentativa de elevação do estatuto académico da profissão e de alinhamento com tendências internacionais de profissionalização docente. Contudo, os resultados evidenciam que a existência do enquadramento legal, por si só, não garante mudanças substanciais na qualidade formativa nem na consolidação da identidade profissional docente. Persistem desafios estruturais relacionados com a articulação entre teoria e prática pedagógica, as assimetrias institucionais entre entidades formadoras, a insuficiência de recursos infra-estruturais e

a ausência de mecanismos consistentes de acompanhamento da inserção profissional dos diplomados.

Verifica-se igualmente que a transição do ensino secundário pedagógico para o ensino superior exige planeamento curricular integrado, coordenação intersectorial e políticas públicas sustentadas que assegurem coerência entre norma jurídica e prática educativa. Assim, conclui-se que a academização possui potencial para fortalecer a profissionalização docente, desde que seja acompanhada por estratégias sistémicas de regulação, financiamento, supervisão pedagógica efectiva e valorização da carreira docente, consolidando a docência como profissão científica, ética e socialmente relevante no contexto angolano.

A investigação limitou-se à análise documental e teórica, sem recolha de dados empíricos primários, o que restringe a compreensão das percepções dos actores institucionais e dos impactos concretos na prática docente. Futuros estudos devem integrar investigação empírica com professores, estudantes e gestores, avaliando impactos reais da academização na prática pedagógica e qualidade educativa.

Referências Bibliográficas

ABELHA, M. *et al.* Teacher performance appraisal as a formative experience: a case study in two teachers' training schools in Benguela, Angola. **Africa Education Review**, v. 17, n. 5, p. 132–156, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1080/18146627.2021.1959357>

ALFREDO, F. C. H.; TORTELLA, J. C. B. Formação de professores em Angola: o perfil do professor do ensino básico. **EccoS – Revista Científica**, n. 33, p. 125–142, 2014. DOI: <https://doi.org/10.5585/eccos.n33.3511>

BRÁS, C. A.; SCAFF, E. A. S. Políticas de formação de professores em Angola: trajectória e desafios. **ETD – Educação Temática Digital**, v. 25, e023052, 2023. DOI: <https://doi.org/10.20396/etd.v25i00.8671233>

CANHICI, H.; LEITE, C.; FERNANDES, P. A formação inicial de professores em Angola: percepções de professores do ISCED de Cabinda e do Huambo. **EDUCA – Revista Multidisciplinar em Educação**, v. 6, n. 14, p. 37–68, 2019. DOI: <https://doi.org/10.26568/2359-2087.2019.4212>

CANHICI, M. H.; LEITE, C.; FERNANDES, P. O trabalho de fim de curso como contributo para a formação inicial de professores: uma análise focada no Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED) de Cabinda, Angola. **Roteiro**, Joaçaba, v. 42, n. 3, p. 427–448, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.18593/r.v42i3.14119>

CARDOSO, E. M. **Problemas e desafios na formação inicial de professores em Angola**: um estudo aos ISCEDs da região académica II. 2012. Tese (Doutoramento em Educação) – Universidade do Minho, Braga, 2012.

CRESWELL, J. W.; POTTH, C. N. **Investigação qualitativa e desenhos de pesquisa**: escolhendo entre cinco abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2018.

DARLING-HAMMOND, L. *et al.* **Effective teacher professional development**. Palo Alto: Learning Policy Institute, 2017.

DAY, C. **Desenvolvimento profissional de professores**: os desafios da aprendizagem permanente. Porto: Porto Editora, 2001.

Da consagração legal à implementação institucional: a academização da formação inicial de professores e a profissionalização docente em Angola

DE SÁ DANIEL, M.; MIGUEIS, M. R. A educação inclusiva na formação docente em Angola.

Internet Latent Corpus Journal, v. 15, n. 1, 2025. DOI: <https://doi.org/10.34624/ilcj.v15i1.37453>

FLORES, M. A.; IMBERNÓN, F. (orgs.). **Educação superior e formação de professores: questões actuais**. Porto: Porto Editora, 2021.

FORMOSINHO, J. A academização da formação de professores. *In*: FORMOSINHO, J. (org.). **Formação de professores – aprendizagem profissional e acção docente**. Porto: Porto Editora, 2009. p. 73–92.

FORMOSINHO, J.; MACHADO, J. Professores na escola de massas: novos papéis, nova profissionalidade. *In*: FORMOSINHO, J. (org.). **Formação de professores – aprendizagem profissional e acção docente**. Porto: Porto Editora, 2009. p. 143–164.

GUEDES, M. A. M. Perspectiva da formação docente em Angola no período pós-independência. **Revista Científica Excellence**, v. 20, art. 13, 2023.

HOSSI, M. C. Políticas educativas no contexto angolano: um olhar sobre a LBSEE enquanto suporte legal para a compreensão dos conceitos de centralização, descentralização, desconcentração e autonomia aplicadas no contexto escolar. **Lumen et Virtus**, v. 16, n. 54, p. 1–5, 2025. DOI: <https://doi.org/10.56238/levv16n54-118>

INSTITUTO NACIONAL DE AVALIAÇÃO, ACREDITAÇÃO E RECONHECIMENTO DE ESTUDOS DO ENSINO SUPERIOR (INAAREES). **Relatório de avaliação externa das instituições de ensino superior**. Luanda: INAAREES, 2021.

LUSSINGA, A.; LEITE, C. A formação inicial de professores em Angola: um estudo focado nos cursos de ensino de biologia e geografia do ISCED Huambo. **Lumen**, v. 24, n. 1, p. 11–31, 2015.

MARQUES, M. M. P.; SEGUNDA, J. R. J. A importância da formação contínua para o desenvolvimento profissional dos professores em Angola. **Revista Eletrónica Multidisciplinar de Investigação Científica**, v. 4, n. 20, art. 637, 2025. DOI: <https://doi.org/10.56166/remici.v4n20383825>

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MED). **Relatório estatístico da educação**. Luanda: MED, 2020.

MINISTÉRIO DO ENSINO SUPERIOR, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (MESCTI). **Plano Nacional de Formação de Quadros**. Luanda: MESCTI, 2019.

MUCUEJE, D. B. Um olhar sobre o currículo de formação de professores do ensino primário do Instituto Superior de Ciências da Educação de Benguela. **Revista Científica do ISCED-Huíla**, v. 1, n. 1, p. 84–103, 2020.

NOWELL, L. S. *et al.* Análise temática: buscando atender aos critérios de confiabilidade. **International Journal of Qualitative Methods**, v. 16, p. 1–13, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1177/1609406917733847>

ONDE, D. N. A.; BRÁS, C. A.; DIVOVO, M. D. Avaliação, currículo e formação de professores em Angola: pistas de reflexão a partir da perspectiva da teoria crítica do currículo. **Revista Moçambicana de Educação**, ano XII, n. 36, p. 240–263, 2021.

QUIMUANGA, Z. C. A.; SILVA, F. C.; GONÇALVES, T. O. Formação de professores para o ensino primário em Angola: lacunas na monodocência. **Formação Docente – Revista Brasileira de**

Pesquisa sobre Formação de Professores, v. 16, n. 35, e779, 2024. DOI:

<https://doi.org/10.31639/rbfp.v16.i35.e779>

QUITEMBO, A. D. J. **A formação inicial de professores de matemática no Instituto Superior de Ciências de Educação em Benguela – Angola**. 2010. Tese (Doutoramento em Educação) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2010.

REPÚBLICA DE ANGOLA. **Decreto Presidencial n.º 90/18** – Regime jurídico da formação de professores. Diário da República, Luanda, 2018.

REPÚBLICA DE ANGOLA. **Decreto Presidencial n.º 203/18** – Regime jurídico das instituições de ensino superior. Diário da República, Luanda, 2018.

REPÚBLICA DE ANGOLA. **Decreto Presidencial n.º 273/20, de 21 de Outubro** – Regime jurídico dos cursos de formação de professores. Diário da República, Luanda, 2020.

REPÚBLICA DE ANGOLA. **Lei n.º 32/20 de Bases do Sistema de Educação e Ensino**. Diário da República, I Série, n. 154, Luanda, 2020.

ROCHA, J. A. P. R. **Percepções sobre competências e formação dos professores diplomados por um Instituto Superior de Ciências da Educação de Angola**. 2022. Tese (Doutoramento em Educação) – Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2022.

ROCHA, J.; PAIXÃO, F. Professores do ensino secundário em Angola: (re)pensar a sua formação. *In: A escola de aprender – contributos para a sua construção*. Aveiro: CIDTFF, 2019. p. 169–177.

ROCHA, J.; PAIXÃO, F.; GUIMARÃES, F. Formação inicial de professores em Angola: o que pensam os docentes do ISCED Huíla. *In: JORGE, F. R.; PAIXÃO, F.; SILVEIRA, P. (coords.). A escola de aprender: contributos para a sua construção*. Castelo Branco: Instituto Politécnico de Castelo Branco, 2023. p. 59–70. DOI: <https://doi.org/10.53681/2023.i03/04>

SANTANA, A.; MUANDA, M. M. S. C. O sistema educativo angolano e a formação docente: novo contexto, velhos problemas. **Revista X**, v. 19, n. 2, p. 222–241, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5380/rvx.v19i2.94376>

SILVA JÚNIOR, J. P. **A supervisão pedagógica em ensino da biologia no Instituto Superior de Ciências da Educação – ISCED-Huíla – Angola: contributos metodológicos para o seu desenvolvimento**. 2013. Tese (Doutoramento em Educação) – Universidade de Aveiro, Aveiro, 2013.

TCHISSENDE, M.; LEITE, P. C.; FERNANDES, G. N. M. Política, currículo e supervisão no ensino em Angola: perspetivas e desafios. **RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber**, v. 5, n. 1, p. 1–24, 2025.

UNESCO. **Education for all 2000–2015: achievements and challenges**. Paris: UNESCO Publishing, 2015.

UNESCO. **Teacher policy development guide**. Paris: UNESCO, 2019.

UNESCO. **Reimaginando nossos futuros juntos: um novo contrato social para a educação**. Paris: UNESCO, 2021.

Editorial

Editor-chefe:

Vicente de Paulo Augusto de Oliveira Júnior
Centro Universitário Fanor Wyden
vicente.augusto@wyden.edu.br

Editor responsável:

Suely Alves Silva
Centro Universitário Fanor Wyden
suely.silva@wyden.edu.br

Autor(es):

Joaquim Américo Pinto Rocha
Instituto Superior Politécnico Sinodal / Centro de
Investigação e Desenvolvimento Local
amerocha@yahoo.com.br

Contribuição: *Investigação, escrita e desenvolvimento do texto.*

Júlio Marcente Carlos
Instituto Superior Politécnico Sinodal / Centro de
Investigação e Desenvolvimento Local
julioCarlosjc0440291@gmail.com

Contribuição: *Investigação, escrita e desenvolvimento do texto.*

Submetido em: 04.03.2026

Aprovado em: 05.03.2026

Publicado em: 05.03.2026

DOI: 10.5281/zenodo.19319058

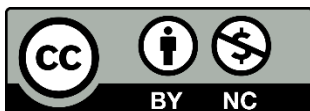
Financiamento: N/A

Como citar este trabalho:

ROCHA, Joaquim Américo Pinto; CARLOS, Júlio Marcente. DA CONSAGRAÇÃO LEGAL À IMPLEMENTAÇÃO INSTITUCIONAL: A ACADEMIZAÇÃO DA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES E A PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE EM ANGOLA. **Revista de Educação à Distância**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 73–86, 2026. DOI: 10.5281/zenodo.19319058. Disponível em: <https://wyden.periodicoscientificos.com.br/index.php/READ/article/view/1311>. Acesso em: 29 mar. 2026.

(ABNT)

Rocha, J. A. P., & Carlos, J. M. (2026). Da consagração legal à implementação institucional: A academização da formação inicial de professores e a profissionalização docente em Angola. *Revista de Educação à Distância*, 2(1), 73–86. <https://doi.org/10.5281/zenodo.19319058> (APA)



© 2026 Revista de Educação à Distância. Centro Universitário Fanor Wyden – UniFanor Wyden. Este trabalho está licenciado sob uma licença *Creative Commons* Atribuição - Não comercial - Compartilhar 4.0 Internacional CC-BY NC 4.0 Internacional).